ATA 06/2022 - Ata da Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS/ Campinas, em 28/06/2022. ----2 Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2022, as 09 horas e 10 minutos, ocorreu Reunião 3 Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas, em ambiente virtual 4 utilizando a ferramenta Teams Microsoft. com, através do link https://teams 5 microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting ZDhkNzZjZjUtNGQ1Ni00Njc5LWlz MDA 6 7 tNjZIZGZINzFhMmZh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228ce66269-6f e2-4d6f-b1c2-97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%222ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be 8 30d37c5e%22%7d, plataforma na qual é feita a gravação da Reunião. A presente reunião 9 é presidida pela Presidente Ismênia Aparecida Santos Oki. A) ORDEM DO DIA. 1. 10 CHAMADA - É feita a chamada e verificam-se as Presenças: Conselheiros 11 representantes da Sociedade Civil - pelas Entidades de Assistência Social -12 Titulares: Izabel Cristina Santos de Almeida, Josefa Hermínia Rodrigues Guirau; 13 Suplentes: Elisandra Maria de Souza Rinaldi, Maria Cristina Biehsel; pelos Usuários ou 14 Representantes dos Usuários da Assistência Social – Titular José Carlos Carioca e 15 Suplentes: Aristides Militão Vilela, Ester Costa de Oliveira Dias, Suplente: Elisangela de 16 Cassia Brasiliano da Costa. Conselheiros representantes do Poder Público - Secretaria 17 Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos -18 Titular: Ismênia Aparecida Santos Oki (presidente); Suplente: Silvano Freire Oliveira; 19 Secretaria Municipal de Justiça – Titular: Thales Jordane Almeida Oliveira; pela 20 Secretaria Municipal de Cultura - Titular: Elaine Cristina Garcia Ramos de Souza; 21 Secretaria Municipal de Educação - Suplente: Maria Fernanda Buarraj; Secretaria 22 Municipal de Finanças – Titular: Cristiano Oliveira Lourenço: Secretaria Municipal de 23 Habitação - Titular: Ana Julia Ferreira Lourenço; Secretaria Municipal de Infraestrutura 24 25 Titular: Adilson Gomes Pereira: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Titular: 26 Elaine Aparecida Sivi Machado. Justificativas de ausências: Entidades de Assistência Social – Titular Juliana Aparecida Vieira da Silva: pelos Profissionais ou Órgão de Classe 27 ligados a área da Assistência Social – Titular: Fernando Jorge Neves Figueiredo; 28 29 Usuários ou representantes dos Usuários da Assistência Social – Titular Jéssica dos 30 Santos, Titular Aparecida de Fátima de Lima, Secretaria Municipal de Justiça -Suplente: Luciana Rocha Soares; Secretaria Municipal de Cultura - Suplente: Letícia 31 Francyne Lourenço de Mello Arriel; Secretaria Municipal de Educação - Titular: Dorine 32 Matos Moreira de Albuquerque; Secretaria Municipal de Finanças – Suplente: Sérgio Luiz 33 Oliveira Alves; Secretaria Municipal de Habitação - Suplente: Lucas Bonora da Silva; 34 Secretaria Municipal de Infraestrutura - Suplente: Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira: 35 Secretaria Municipal de Saúde - Titular: Andrea Maria Campedelli Lopes e Suplente: 36 Wellington de Almeida; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Suplente: Ivair Luiz 37 Ferreira. Ausentes: Entidades de Assistência Social - Suplente Juliana Padilha Dusso 38 de Morais; Profissionais ou Órgão de Classe ligados a Área da Assistência Social -39 Suplente: Eduardo de Menezes Pedroso. Convidados: Diego - CS Romilia Maria, Tatiana, 40 Roberta Psicóloga CS Romilia Maria, Luzia Barão, Regina, Lucinda Missio-A.S Vovo 41 Nestor, Luiz CEAK EE, Carolina - Dias da Cruz, Marcia Romilia Maria, Breno Almagro, 42 Rogério Nóbrega, Alessandra Crami, Camila Aparecida Teixeira, Cassia Bastos, Sara, 43 Isabel Barbatti Candello, Lilane, Karen Andreza, Sirlene, Cristina- Vovô Nestor, Josane 44 45 Lazaretti, Vanessa A. IPH, Késia Oliveira, Rogério Nóbrega, Breno Manfré Almagro. REGISTRO DE FALECIMENTO E HOMENAGEM -Registram-se em Ata reconhecimento, 46 gratidão e homenagem a mulheres referência na Política da Assistência Social, falecidas 47 nestes últimos tempos. As Conselheiras Izabel e Elisandra e a Presidente Ismênia passar 48 49 a lembrar das Sras. Joana Julia, ex Conselheira neste CMAS que foi marcante, atuante em seu território em meio a um povo de tanta luta naquela sua Região Norte, especialmente 50 51 Amarais, Santa Mônica e Jardim Campineiro. Tem sua vida marcada como uma entrega tanto para o SUAS como para o SUS. Fica o legado de uma nobreza enorme. E além dessa 52 característica de luta pela Saúde e Assistência, tem um pé na comunidade e suas lutas 53

pelos Direitos Sociais. Fica a referência do trabalho comunitário dessa mulher. Maria de Lourdes Savoli, Assistente Social, com 42 anos de trabalho na OSC Nossa Senhora da Visitação terminando seu trabalho naquela OSC como sua Presidente. Ela faz parte da história da construção da Política de Assistência Social em nosso Município. Faz a transferência de sua atuação na educação para a assistência com a consciência enorme de dedicação Suely, com trajetória no SUAS, registrando sua atuação no CRAMI, que é o primeiro serviço do país a trabalhar a questão da violência doméstica, que serviu para provocar a discussão dessa temática em todo o pais e a defesa que ela fez virou política pais inteiro. Suelv deixa legado Valéria, trabalhadora do SUAS, atuando na Casa da Criança Paralítica, também contribuído bastante para a política da Assistência, principalmente dedicada à Rede PCD. Registram-se a homenagem deste Conselho a essas mulheres e o pesar e condolências a seus familiares e amigos e nas palavras das Conselheiras e da Presidente essas vidas servem de inspiração ao trabalho em defesa do SUAS.2. ATA ANTERIOR - referente a Reunião Ordinária do dia 31 de maio de 2022, - a Presidente coloca em votação a Ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, encaminhada anteriormente para ciência dos Conselheiros, que é APROVADA com doze votos "sim", nenhuma abstenção ou voto contrário. DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE COMISSÃO DE CALAMIDADES - Presidente Ismênia solicita "vistas" à resolução anterior sobre "Comissão de Calamidades" para tratar da definição correta dos Conceitos da Resolução. B) ORDEM DO DIA - 1. DELIBERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS DA PAUTA COM CARÀTER DE URGÊNCIA. Considerando que este CMAS está por determinação do Ministério Público do Estado de São Paulo com suas resoluções e deliberações de matérias atreladas ao caráter de "urgência", até que seja equalizada a questão da paridade entre representação da Sociedade Civil e representação do Poder Público e como essa situação ainda não foi resolvida, a Presidente consulta os Coordenadores de Comissões e estes mencionam os assuntos que relatarão e colocado para deliberação do Plenário a Pauta de trabalho e a votação sobre matérias que tenham esse caráter de "urgência" o Plenário aprova que sejam tratadas as matérias que seguem. INVERSÃO DE PAUTA – às 09 horas e 40 minutos a Presidente por solicitação da Conselheira Izabel propõe que seja feita inversão de pauta e que seja apresentado RELATOS DE COMISSÕES, iniciando pela (item "c") COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - O Conselheiro Silvano, Coordenador da Comissão de Finanças e Orçamento relata que a Comissão teve duas reuniões (ordinária em 14 de junho e extraordinária realizada no da 27 de junho). Diz que enviou proposta para Reuniões Semanais dessa Comissão para esgotar a pauta pendente. mas houve consenso de que não haveria essas demais reuniões semanais, pelo menos por enquanto. Na reunião do dia 14 a pauta era "aprovação dos balancetes" ainda de 2021, mas já há dentro da Comissão de que para essa análise há necessidade da apresentação dos demonstrativos e das notas fiscais e esse material só foi possível ser disponibilizado às vésperas da reunião e foi consenso entre os conselheiros da Comissão em retirar de pauta essa análise dos balancetes que voltará em pauta na próxima reunião ordinária da comissão. Nessa reunião foi tratado sobre aceite de verba estadual para Benefícios Eventuais. A principio a proposta da Gestão foi a utilização desses recursos para uma "modalidade" de Benefícios, mas depois decidiu-se que seria aplicado para todas as modalidades de Benefícios – houve dessa deliberação uma resolução ad referendum, que foi publicada e que deve ser submetida para o referendo desta Reunião. A Conselheira Izabel relembra que a solicitação da apresentação dos demonstrativos e das notas fiscais refere-se às despesas municipais em relação ao FMAS desde janeiro de 2021, mês a mês até fechamento do ano em dezembro., assim como foram apresentadas as despesas dos recursos federais. Outra observação da Conselheira Izabel é com referência a reunião realizada dia 27 de junho, entendendo que a matéria sobre emendas parlamentares já tinha sido aprovada pelo Conselho. O Coordenador explica que é isso mesmo, é sobre o assunto das emendas parlamentares aprovadas anteriormente pelo CMAS, que teve sua

54

55

56

57

58

59 60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78 79

80

81 82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92 93

94

95

96 97

98

99

100

101102

103104

105

tramitação demorada em Brasília, assim fechou o exercício daquele ano, então há 107 necessidade de nova aprovação do Conselho, que também foi feita por Ad referendum. 108 Explica também que houve outra resolução sobre emenda estadual ad referendum por 109 110 conta da necessidade da dilação de prazo. A Conselheira Izabel deixa registrado e relembra da necessidade para a aprovação, da apresentação dos demonstrativos e das 111 notas fiscais refere-se às despesas municipais em relação ao FMAS desde janeiro de 2021, 112 113 que devem ser liberadas aos Conselheiros. Passa-se para o REFERENDO DAS RESOLUÇÕES tomadas por sua Presidência em caráter "ad referendum", que serão 114 votadas individualmente, a saber: RESOLUÇÃO 034/ 2022 (Publicada no Diário Oficial 115 15 de junho/2022) ACATAR o parecer favorável da Comissão de 116 117 Finanças e Orçamento e APROVAR o repasse acerca do cofinanciamento estadual para o aprimoramento da gestão municipal do Cadastro Único que será realizado por meio de 118 transferência de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos 119 Municipais de Assistência Social (FMAS), conforme Nota Técnica nº 01/2022 SEDS, sendo 120 o repasse para o município de R\$ 348.108,62 (trezentos e guarenta e oito mil, cento e oito 121 reais e sessenta e dois centavos). A presente Resolução foi aprovada com 13 votos "sim", 122 nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. RESOLUÇÃO 035/ 2022 (Publicada no Diário 123 Oficial do Município em 15 de junho/2022) **ACATAR** o parecer favorável da Comissão de 124 Finanças e Orçamento e APROVAR acerca do cofinanciamento de provisões 125 suplementares do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de 126 Assistência Social referente aos Benefícios Eventuais dos repasses para o exercício 2022, 127 conforme Deliberação do CONSEAS/SP nº 027/2022, de 24 de maio de 2022, sendo o 128 129 repasse para o município de R\$ 495.725,42 (quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), divididos entre as quatro modalidades. 130 131 Registrando que, segundo a Área de Vigilância Socioassistencial, a partir do Cadastro 132 Único Federal, o Munícipio de Campinas conta com 101.545 famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo que desse total 51.887 famílias estão em extrema pobreza. A 133 presente Resolução foi aprovada com 13 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma 134 135 abstenção. RESOLUÇÃO 036/ 2022 (Publicada no Diário Oficial do Município em 15 de 136 junho/2022). ACATAR o parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento e APROVAR a prorrogação do prazo para o repasse de recursos provenientes de emendas 137 e demandas parlamentares estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, 138 aos Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS destinados às Organizações da 139 Sociedade Civil - OSC que componham a rede socioassistencial indireta, a saber: -140 Assistência Vicentina Frederico Ozanam de Campinas e União de Amor Ajuda e Salvação 141 em Cristo UNIASEC. A presente Resolução foi aprovada com 13 votos "sim", nenhum voto 142 "não" e nenhuma abstenção. RESOLUÇÃO 037/ 2022 (Publicada no Diário Oficial do 143 Município em 28 de iunho/2022). ACATAR o parecer da Comissão de Financas e 144 Orçamento e APROVAR acatando Normas Complementares para as transferências de 145 recursos provenientes de emendas e demandas parlamentares estaduais do Fundo 146 Estadual de Assistência Social - FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social -147 FMAS destinados às Organizações da Sociedade Civil - OSC que componham a rede 148 socioassistencial indireta, registrando que as Organizações que receberão 149 Emendas/Demandas Parlamentares são : Assistência Vicentina Frederico Ozanam de 150 151 Campinas - R\$ 99.876,00 (Custeio) - Código da Demanda 39014 - nº da Emenda 2022.059.40051 e União de Amor Ajuda e Salvação em Cristo UNIASEC - R\$ 50.000,00 152 (Custeio) - Código da Demanda 39012 - nº da Emenda 2022.059.40053. A presente 153 Resolução foi aprovada com 13 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. 154 RESOLUÇÃO 038/ 2022 (Publicada no Diário Oficial do Município em 28 de junho/2022). 155 ACATAR o parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento e APROVAR a 156 157 prorrogação do prazo para o repasse de recursos provenientes de emendas e demandas parlamentares estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, 158 ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS destinados às Organizações da 159

Sociedade Civil – OSC que compõem a rede socioassistencial indireta, a saber: Assistência 160 Vicentina Frederico Ozanam de Campinas - R\$ 99.876,00 (Custeio) – Código da Demanda 161 39014 - nº da Emenda 2022.059.40051 e União de Amor Ajuda e Salvação em Cristo 162 UNIASEC - R\$ 50.000,00 (Custeio) - Código da Demanda 39012 - nº da Emenda 163 2022.059.40053. A presente Resolução foi aprovada com 13 votos "sim", nenhum voto 164 "não" e nenhuma abstenção. **REFERENDO DAS RESOLUÇÕES** sobre Verbas 165 166 Parlamentares Federais. A Conselheira Izabel destaca a importância de REGISTRAR que em 15 de marco deste 2022 este CMAS foi notificado do cancelamento da tramitação dos 167 direcionamentos dos referidos recursos extraorçamentários; REGISTRAR que em 17 de 168 março deste 2022 este CMAS encaminhou o Oficio CMAS 10/2022 ao Ministério da 169 170 Cidadania com diversos questionamentos sobre o cancelamento da referida tramitação e REGISTRAR que a manifestação foi a informação que, após aprovação do FNAS, 171 encerramento do exercício e da indisponibilidade orcamentária e a impossibilidade 172 para prosseguimento das programações e que cada uma daguelas Organizações recebeu 173 o mesmo comunicado do Governo Federal.. Diante disso passa-se para o REFERENDO 174 175 das resoluções tomadas por sua Presidência em caráter "ad referendum", que serão votadas em bloco por serem reedição de decisões anteriores. RESOLUÇÃO 039/ 2022 176 (Publicada no Diário Oficial do Município em 28 de junho/2022). RESOLVE ACATAR o 177 parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e APROVAR o direcionamento de recursos 178 extraorçamentários destinado a OSC Associação Beneficente dos 13 Pais - Lar da Criança 179 Feliz - CNPJ 51.873.073/0001-29 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade -180 Serviço de Acolhimento Institucional no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) 181 182 disponibilizado através do Sistema SIGTV e cadastrado sob o Programa de nº 350950220220004, que tem como classificação de recurso: custeio; registrando que com 183 esta Resolução CMAS 039/2022 revoga-se a Resolução CMAS 117/2021. RESOLUÇÃO 184 185 040/ 2022 (Publicada no Diário Oficial do Município em 28 de junho/2022). RESOLVE ACATAR o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e APROVAR o direcionamento 186 187 de recursos extraorçamentários destinado a OSC Centro Promocional Tia Ileide - CPTI -188 CNPJ 71.748.305/0001-24 para a Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e 189 Fortalecimento de Vínculos - SCFV no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) disponibilizado através do Sistema SIGTV e cadastrado sob o Programa de nº 190 191 350950220220002, que tem como classificação de recurso: custeio; registrando que com esta Resolução CMAS 040/2022 revoga-se a Resolução CMAS 118/2021.RESOLUÇÃO 192 041/2022 (Publicada no Diário Oficial do Município em 28 de junho/2022). RESOLVE 193 194 ACATAR o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e APROVAR o direcionamento de recursos extraorçamentários destinado a OSC Instituição Padre Haroldo Rahm - CNPJ 195 50.068.188/0001-88 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade no valor de 196 R\$100.000.00 (cem mil reais) disponibilizado através do Sistema SIGTV e cadastrado sob 197 o Programa de nº 350950220220005, que tem como classificação de recurso: custeio; 198 registrando que com esta Resolução CMAS 041/2022 revoga-se a Resolução CMAS 199 119/2021. RESOLUÇÃO 042/2022 (Publicada no Diário Oficial do Município em 28 de 200 junho/2022). RESOLVE ACATAR o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e 201 APROVAR o direcionamento de recursos extraorçamentários destinado a OSC Sociedade 202 Pró Menor de Barão Geraldo - CNPJ 51.887.131/0001-73 para a Proteção Social Básica 203 204 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) disponibilizado através do Sistema SIGTV e cadastrado sob o Programa de 205 nº 350950220220003, que tem como classificação de recurso: custeio; registrando que 206 com esta Resolução CMAS 042/2022 revoga-se a Resolução CMAS 120/2021. Registra-207 se que as Resoluções 39, 40, 41 e 42, foram aprovadas com 13 votos "sim", nenhum voto 208 "não" e nenhuma abstenção. ORDEM DO DIA - RELATOS DE COMISSÕES - (item "a") 209 210 COMISSÃO DE INSCRIÇÃO E NORMAS - a Coordenadora Elisandra relata que a Comissão se reuniu no dia 7 de junho e tratou das solicitações de inscrições no CMAS e 211 tratou-se de visita técnica nessas Instituições e também em alguns casos marcou-se de 212

fazer Reuniões virtuais com algumas delas. Foram feitas também análise de outros documentos internos. Não houve deliberações para votação no Colegiado e os relatos das reuniões da Comissão foram encaminhados aos Conselheiros para conhecimento prévio. ORDEM DO DIA - RELATOS DE COMISSÕES - (item "b") COMISSÃO DE POLÍTICA E LEGISLAÇÃO - com ausência justificada da Coordenadora da Comissão, Juliana Vieira, a Conselheira Elisandra passa ao Relato dos trabalhos da Comissão – a Comissão teve reunião extraordinária no dia 02 de junho na qual Elisandra e Juliana Padilha auxiliaram como Relatoras, por conta das férias da Josefa que é a Relatora da Comissão. Na pauta tratou-se de: PMAS DE 2022 a 2025; Leitura da Nota Publica dos Conselheiros da Sociedade Civil do CMAS feita em 28/04/2022; Esclarecimento do servico prestado a pessoa em situação de rua no município de Campinas; Levantamento das pendências do processo orçamentário; Relatório de Gestão; Informes sobre benefícios eventuais; Grupo de trabalho sobre as Resoluções. Diz que Juliana que coordenou a reunião informa que essa reunião é uma continuidade da reunião da última reunião da comissão e que ocorreu a reunião do PMAS e já vem discutindo e receberam a resposta da gestão. Juliana diz que leu e solicitou que seja enviado o PMAS para a Rede SUAS ter ciência do documento. Alguns da Rede SUAS disseram não ter recebido o Documento. Relata que a presidente Ismênia ressalta da necessidade de terem recebido. Relata que a Coordenadora da Reunião expressou a dificuldade em analisar um documento que nem todos da Rede SUAS tenham recebido. Relata também a fala da Conselheira Izabel que aponta deixar registrado que NOB SUAS (julho de 2005) para Campinas estar em Gestão Plena - Estruturar a Secretaria Executiva do Conselho da Assistência Social em Nível Superior. Diz Elisandra que Juliana passa para o assunto do relatório de gestão de 2020. Resumo histórico, chegou no final de 2021, foram levantadas várias questões desse relatório e ficou acordado que estariam aguardando chegar o relatório de 21 para fazer uma comparação. Não dava para aprovar um relatório de 2022 sem ter feito a discussão do relatório de 21. O relatório de gestão chegou até a comissão no dia anterior a essa reunião e não tivemos tempo hábil de fazer uma discussão, enquanto como coordenadora, vou tentar chamar algumas pessoas aqui dessa reunião e fazer uma análise do relatório. Novamente coloco que não vamos conseguir aprovar o relatório de gestão de 2020 e nem de 2021, até que faça essa análise. E que a Conselheira Izabel diz que é importante esclarecer que o relatório de gestão é condição plena para o município, que chegue em tempo hábil para o controle social. Relata ainda que Juliana aproveita para falar dos benefícios eventuais, já enviei um documento via SEI cobrando uma resposta de benefícios eventuais. Pede ajuda para Ismênia, não sabe mais para guem cobrar a resposta. Diz que a Conselheira Izabel afirma: O município está em gestão plena, financiar Benefícios Eventuais, o CMAS já fez a parte dele. Diz que a Presidente Ismênia solicita que todas as comissões faça levantamento das questões pendentes. Vou reiterar por escrito essa matéria e se não foi realizado estarei verificando. Diz que Juliana propõe que essas questões administrativas, não sejam discutidas i nas reuniões e sim uma reunião para alinhar as pendências. Diz que Ismênia pede para Geziel reenviar o PMAS para a rede SUAS. Para as pessoas que participem tenha conteúdo para apontamentos. Diz que Juliana faz leitura da Nota Pública produzida por Conselheiros da Sociedade Civil do CMAS e após essa leitura tem algumas contribuições de algumas trabalhadoras do SUAS, a Marcela trabalhadora do SUAS, parabeniza e agradece pelo CMAS divulgar para a rede SUAS a Nota Pública. A Izabel que não tivemos nenhum aumento para o combate que vieram a partir da pandemia e já eram apontados. Composição de CRAS e CREAS que não estavam apontados pelo NOB/RH. Campinas fez a opção de ter 03 CRAS, indicação da conferência, por ser uma metrópole. 5000 mil famílias referência por CRAS numa metrópole, é um CAOS. Diz que tem a contribuição de Paloma trabalhadora do SUAS - tenho aprendido muito com os conselheiros do CMAS, fazendo estudar sobre a política, transparências. CRAS, o quanto a gestão precisa usar com maior comprometimento, vou somar com vocês para a resposta que precisamos ter. Menciona fala de Juliana - objetivo é trazer os moradores de rua para a reunião, atentar que eles

213

214

215

216

217

218219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231232

233

234235

236

237238

239240

241242

243

244

245

246

247248

249

250

251

252

253

254

255

256257

258

259

260

261

262263

264

consigam participar da próxima reunião, ouvir os usuários e não só a escuta da Gestão. E que Juliana informa que na próxima reunião vai trazer o assunto sobre grupo de trabalho e pediu que todos façam a leitura previa o PMAS e Relatório de Gestão. Elisandra ainda diz que Assuntos para próxima Reunião ficou discutir sobre os grupos de Trabalho e sobre o PMAS e Relatório de Gestão. Registra-se que o Relato completo da Comissão foi enviado para conhecimento dos Conselheiros. Após o Relato a Presidente Ismênia reforça a importância dessa Comissão e a relação que realmente se deve ter entre os documentos PMAS. Orcamento e Relatório de Gestão e dos relatos das falas sobre os temas tratados. Reforça também a importância da presença e participação dos Conselheiros, principalmente os do Poder Público no enriquecimento do debate e diálogo nas Comissões. O Secretário Executivo informa que logo após a Reunião da Comissão de Política, a documentação mencionada foi encaminhada para a Rede SUAS. A Conselheira Josefa fala da peculiaridade da relatoria das informações da Comissão de Política e da necessidade do registro das falas ainda que contraditórias ou repetitivas. A Presidente Ismênia reforça que sua fala foi no sentido de ressaltar importância dos relatos e o desafio que existe nessa tarefa. A Conselheira Izabel reforça a importância das atribuições da Comissão de Política, lembrando o Regimento Interno citando os itens 4, 5 e 6 do Artigo 34 "IV - em ação integrada com a Comissão de Finanças e Orçamento, emitir parecer sobre contas do Fundo Municipal de Assistência Social encaminhadas pelo órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da política municipal de Assistência Social; V - dar parecer para a decisão plenária sobre o relatório de gestão enviado pelo órgão da administração responsável pela política de assistência social, bem como os resultados sociais e o desempenho dos servicos, programas e projetos apresentados; VI dar parecer, para envio à plenária, sobre o plano plurianual de assistência social que deve conter: definição e quantificação das ações, destinatários, prioridades, estratégias e meta, previsão de recursos próprios e considerando as diretrizes para a construção e complementaridade do cofinanciamento;". Discorre que os trabalhos da Comissão seguem essas diretrizes e como não são todos os Conselheiros que participam das Reuniões, o Relator deve dar todas as informações para subsídios a daquele Conselheiro que não esteve na Reunião da Comissão. Outro apontamento é da relação que precisa existir entre os documentos Relatório de Gestão e o PMAS, pois Campinas tem gestão plena e isso precisa ficar claro nos documentos, inclusive mostrando qual é o custo dos Serviços e como a Gestão está se organizando para daqui quatro anos e que assim é importante o relato como subsidio para as deliberações e votações na defesa do SUAS. Explica que a Comissão de Política não fará reunião com todos em julho e que a Coordenação e a Relatoria organizarão o material e documentos acumulados para Reunião da Comissão em agosto e solicita que a Comissão de Finanças também tenha o mesmo procedimento visto o acumulo de deliberações a serem feitas, excetuando se tiver alguma emergência. Saída Conselheiro José Carlos - ÀS 10h50 o Conselheiro José Carlos comunica a necessidade de se ausentar desta Reunião por conta de consulta médica. A Conselheira Elisandra prossegue com relato da Reunião da Comissão de Política e Legislação em 15 de junho. Reforca a questão da participação de Conselheiros Titulares nas Reuniões e especial no auxilio em relatorias. Passa a ler o Relatório. Esclarecimento sobre o serviço prestado a pessoa em situação de rua no município de Campinas. Diz que Juliana destaca as ações desenvolvidas pela gestão e pela sociedade civil, e pergunta se tem alguém da gestão ou representante de instituição na reunião que possa trazer maiores informações sobre a população em situação de rua nesse período de inverno. Não houve manifestação e a comissão sugeriu que fosse convidado alguém da gestão pública para trazer tais esclarecimentos na próxima reunião. Izabel finaliza se responsabilizando em convidar um padre engajado nessa matéria para um diálogo futuro sobre o tema. Sobre GTs formados explica que: Sobre o GT Interproteções/SUAS – Resolução 006/2021, foi identificado que esse grupo não avançou por conta das diversas demandas do conselho incluindo a conferência. A proposta da comissão é de dar andamento nesse grupo de trabalho. Sobre

266

267

268269

270

271272

273274

275276

277278

279

280

281

282

283

284 285

286

287 288

289

290291

292293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309310

311

312

313

314

315

316

317

GT Reordenamento, Resolução - 007/2021 – Esse grupo de trabalho não teve continuidade pela mesma questão de demanda excessiva do conselho. Diz que Izabel propõe uma conversa entre Geovana do poder público e Josefa conselheira e após essa conversa será agendado datas para início do grupo de trabalho. Essa comissão será aberta a sociedade civil logo após a conversa entre Josefa, Giovana e Izabel será informada da data de início e convidada a compor o grupo. Sobre GT LDO-Resolução 005/2021 Sobre essa comissão será levantado nos registros anteriores para identificar os nomes dos interessados em participar do grupo. Sobre GT FMAS - Foi apresentada ao colegiado a resolução, Juliana lembra que Silvano pediu vistas desse processo. Juliana pede informações ao secretário executivo que esclarece que no pedido de vistas a matéria é tratada novamente na reunião seguinte, com os adendos e as propostas. A Presidente solicita algumas informações sobre a constituição desses GTs e em especial sobre o da LDO, indagando sobre responsável, participantes, rotinas de Trabalho. A Conselheira Izabel contribui com essa questão informando que esse GT surge a partir de pessoas da Sociedade Civil que conversava com a Secretaria de Assistência e na época acompanhado pelo era coordenador da Comissão de Finanças que era o Conselheiro Fábio. Esse GT nasce na Comissão de Política, mas com interface com a Comissão de Finanças. Esse Grupo passou o ano fazendo reuniões com a Secretária em relação as porcentagens que não foram repassadas para as OSCs, de 2020 que não houve repasse da inflação de 8,5% e discutia também sobre a proposta para 2022. Deliberou-se então nesse GT que seria feita discussão do Orçamento como um todo, embora o grupo desejasse questões especificas das Organizações da Sociedade Civil. Então ainda está essa pendência desses 8.5% referente ao repasse de 2021. Então o Conselho fez proposta sobre repasse de cofinanciamento para 2022 no valor de 18,5 %, que ainda não foi respondida pela Gestão. Izabel ainda esclarece que esse GT funcionou dentro das reuniões da Comissão de Finanças, mas que esse Grupo quis conversar com a Secretária especificamente sobre as OSCs e que virou matéria de discussão da proposta Orcamentária do Município. Depois de outros esclarecimentos dados pela Conselheira Izabel, o Conselheiro Silvano, atual Coordenador da Comissão de Finanças diz que tomará providências para resgatar esses procedimentos e dar andamento no GT dentro de suas possibilidades. Continua Elisandra no Relato da Comissão de Política e Legislação e Sobre o PMAS 2020-2022 relata que a Coordenadora Juliana destaca sua preocupação entre a conversa que os documentos PMAS, Orçamento, relatório de gestão demandam. Destaca como pendencias as respostas dos questionamentos enviados para a gestão. Juliana destaca que o PMAS não está apto para aprovação, pois os relatórios de gestão precisam de uma análise em conjunto com os demais conselheiros, para, tanto a proposta é que em julho não haja reunião dessa comissão para que os conselheiros tenham tempo hábil para apresentar o documento analisado na reunião que acontecerá em agosto. Sobre a Nota Pública relata que Juliana fala que na última reunião a nota pública foi lida, foi encaminhado todas as questões sobre a mesma para a gestão pública, a resposta chegou em 13/06/2022 veio em forma de despacho solicitando dilação de prazo de 15 dias para a resposta. A comissão aprova a proposta, sendo reforçada pela presidente do conselho a complexidade das questões. Juliana solicita que a resposta do orçamento também seja enviada no mesmo prazo. Sobre Relatório de Gestão 2020 e de 2021 relata que Juliana comunicou que estará realizando a analise no mês de Julho, comparando e verificando se ações foram executadas conforme as metas, para ser apresentado em Agosto na reunião. Juliana solicitou que as contribuições dos participantes da reunião sejam encaminhadas por e-mail para que seja complementado nessa apresentação. Sobre as Questões Orçamentárias, relata que Juliana fala de a importância de representantes de finanças estarem nessa discussão, diz que Presidente informa que haverá uma participação e que entende a importância dessas respostas, e afirma que estão sendo tratadas e que elas virão e que destaca a importância de dar atenção aos aportes do estado e do federal, Juliana fala que sempre questionou o financeiro sobre quais são as ações da gestão pública e que nunca teve resposta. Diz que

319

320

321 322

323

324325

326

327

328329

330

331

332

333

334

335

336

337

338339

340341

342

343344

345

346347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362363

364

365

366

367

368369

370

Vice-presidente se posiciona sobre a fala de Ismênia, esclarecendo que isso não cabe ao Conselho, e sim ao Prefeito. Relata que o Conselheiro Jose Carlos pede a palavra e fala de uma experiência vivida, onde ao participar de uma missa e ao sair ficou a observar as pessoas em situação de rua que se encontram no entorno da igreja, se deparou com a fome e destaca que enquanto conselheiro não é possível se conformar com a fome em um município rico. Diz que a Coordenadora destaca que o Conselho enquanto controle social quer saber quais as ações que o município está fazendo. Afirma que Presidente sintetiza sua fala, diz estar ciente de todos os questionamentos oriundos dessa comissão e a relevância da urgência nas respostas. Sobre Benefícios Eventuais, diz que a Coordenadora contextualiza os trabalhos anteriores, avanços e desafios a criação de uma resolução dentro do conselho para a proposta das 4 modalidades, ressalta que o Ministério Público fez parte dessa discussão. Na comissão de finanças que aconteceu no dia 14/06/2022 foi apresentada pela Gisleide uma proposta de que o valor disponibilizado para os benefícios eventuais fosse aprovado para apenas a modalidade Auxílio Natalidade. Coordenadora informa que os conselheiros não aprovaram a modalidade única e ficou aprovado as 4 modalidades. Diz que a Presidente explica que o Estado tem tido prática de enviar documentos num prazo muito curto. A Conselheira Josefa traz um questionamento porque a resposta dos Benefícios Eventuais foi para a comissão de finanças e não para a comissão de política e legislação, uma vez que essa é uma pauta dela? Presidente esclarece que a leitura foi técnica e que tomou os devidos cuidados em se comunicar com a Coordenadora da Comissão de forma estratégica. Elisandra encerra o Relato expondo os Encaminhamentos das pautas. a) Enviar convite para Willian SMASDH, para saber como está funcionando os servicos destinados a esse público no município de Campinas, enviar convite para as instituições que atendam a população em situação de rua e que consigam articular que eles participem da reunião nesse dia. Diz que a Vice-presidente também ficou convidar o Padre que também está envolvido nessa área. Proposta de pauta para agosto 2022 na reunião da comissão de política e legislação. b) Solicitado que o Secretário Executivo levante as pessoas que se propuseram a participar dos GTS citados acima, para que possamos fechar e iniciar os trabalhos. A Conselheira Izabel relembra que ficou marcada para a data de 29 de junho a Reunião do GT SUAS e também que a Gestão solicitou dilação de prazo de 15 dias para responder às questões levantadas na "Nota Pública", e que o prazo foi concedido. A Presidente destaca que as questões da Nota Pública foram encaminhadas para a Gestão no dia 08 de junho, as perguntas foram sintetizadas e encaminhadas e aguardamos então os 15 dias para a devolutiva. Sobre os Benefícios Eventuais o cuidado foi tomado em ter as Comissões de Finanças e Política juntas, só que ao final só estava o Coordenador; foi um erro, deveríamos ter as duas Comissões. Cada vez mais isso tem que acontecer, ter algumas pautas entre Comissão de Política e de Finanças. Diz que no caso do Benefício Eventual os recursos que vem do Governo Federal e do Estadual não é um aporte significativo e nesse sentido é que a proposta da gestão veio para uma modalidade só, para não ficar apenas "quirelas" distribuídas entre as quatro modalidades, mas é só um alerta para que em situações assim as duas Comissões estejam juntas nessas deliberações. A Conselheira Izabel expõe sobre o financiamento público das três esferas de governo, que tem a garantia assegurada nas legislações NOB SUAS, LOA, Constituição de 1988, temos que entender que o Governo Federal trabalha como se fosse um orçamento secreto, emendas parlamentares é terrível para o SUAS pois não há, como na Saúde e Educação, aquela porcentagem estabelecida, então o SUAS fica com a sobra da sobra e isso comprometeu o sistema e também mostra que os Deputados articularam para as Organizações que eles conhecem e não para o Sistema Municipal – poderiam ter potencializado. Diz que a crítica que faz não é para as Organizações que são beneficiadas, mas para como esse sistema está organizado no País. Outra observação é que quando a Assistência deixa de ser um Ministério e passa a ser uma Secretaria, demonstra como o governo olha para o SUAS. Com a Pandemia, que ninguém esperava, aquilo que já era ruim, agora está um caos. No

372

373

374375

376

377378

379

380

381 382

383 384

385

386

387

388

389

390 391

392

393

394

395

396397

398 399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415 416

417

418 419

420

421 422

423

Estado o Partido PSDB está no governo mais de 20 anos e a Assistência nunca foi prioridade. No caso de Campinas, sempre faz o discurso da necessidade do aporte dos demais governos. Continua relatado visita que fez na cidade de Curitiba e lá observou que a cidade tem 1.800.000 moradores com orçamento de 8 milhões e pouco e que Campinas com 1.200.000 moradores com orçamento de 7 milhões e com isso vejo que na esfera municipal a Assistência também não é prioridade. Nós tratamos da esfera federal, estadual, mas nós Conselheiros somos Conselheiros Municipais e vemos que o município não reconhece o número da extrema pobreza; começou agora a preocupação com a Rede, quando se trata de 70 metas para idoso isso é potencializar o Sistema. Importante é olhar para o município. A tarefa de buscar dinheiro estadual, federal é quem foi eleito para isso. Entende que a cidade tem dinheiro e precisa fazer essa discussão pertinente dentro deste Conselho e dar resposta para a situação da cidade. Quando a Rede de Serviços é de 90% aumenta mais a responsabilidade do Gestor que trata com desigualdade, pois para média e alta paga 100% dos serviços, enquanto que na básica não chega a 60%. Presidente Ismênia ressalta a importância dos Conselheiros, principalmente do Poder Público se apropriarem dos instrumentos de gestão. O Conselho tem que apontar os pontos por escrito, tem muita coisa pendente que precisa e vai ser esclarecida. Esse GT do SUAS não pode ficar descolado porque se não vamos fragmentando o próprio Sistema. O Orçamento da Assistência é grande, mas não é suficiente para pagar a natureza do serviço, a complexidade e dimensão. Nós temos uma Rede grande de Serviço Público Conveniada e isso chama os Conselheiros para ver o PMAS, fortalecer o Sistema, não apenas num grupo, mas todos pois é uma questão de política pública. ORDEM DO DIA - 2. PEDIDO DE VISTAS DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE FMAS. O Conselheiro Silvano faz um resgate do histórico do processo que trata sobre a proposta de Resolução da Comissão de Política sobre criação de um GT do FMAS. Foi feito um pedido de vistas sobre a redação da proposta, diz que não fez nenhum pedido formal para a Secretaria Executiva, visto que a matéria já havia sido encaminhada, era uma Resolução e como o pedido de vistas também foi feito pelo Conselheiro Thalles, nós nos reunimos, discutimos o conteúdo e fizemos proposta de alteração. Pela lógica hoje seria a votação, até pensamos em submeter para a Comissão de Política, mas como é uma demanda na Ordinária, estamos apresentando para a Ordinária e proponho encaminhar a contraproposta para a Comissão para ela fazer os encaminhamentos. A Conselheira Izabel lembra que pelo Regimento, quando se tem um pedido de vistas, a proposta deve ser apresentada na próxima Reunião. Conselheiro Silvano diz que tem a proposta para ser apresentada, mas que não quer fazer nada no atropelo então solicita que o Plenário decida se vota a contraproposta apresentada ou se volta a anterior ou se submete à Comissão, assim seguindo o Regimento. A Conselheira Izabel e a Presidente entendem que se apresente a proposta e se vote. Ainda Izabel diz que em uma ocasião ela pediu vista de um processo, foi até o Conselho, preparou o texto da "vista" que foi enviado com antecedência para todos os Conselheiros para todos poderem na Reunião fazer a discussão. Entende que é uma questão extremamente importante, tem questões jurídicas extremamente e a preocupação da reunião plenária virar uma extensão da Comissão. Silvano diz que é preciso resgatar que o que foi decidido na Comissão que seria feito um Grupo de Trabalho e isso se dá por uma Resolução do Conselho que cria o GT; na proposta havia uma serie de considerandos, observações e competências que não haviam sido conversados anteriormente e sem menosprezar o trabalho feito, isso vem como uma série de questões e aí pedi vistas para trabalhar o conteúdo e isso foi feito; se tivesse sido feito dentro da Comissão eu devolveria para a Comissão, mas uma vez que já veio via Colegiado, estou apresentando via Colegiado. Presidente diz que é importante definir os espaços de discussão, pois trazer coisas para a Ordinária sem o espaco de discussão gera atraso. Conselheira Izabel consulta se o Conselheiro Fernando foi convidado porque ele se colocou à disposição. Conselheiro Silvano diz que não convidou e que ele e Thalles que haviam pedido vistas que trabalharam a contraproposta. Conselheira Izabel pontua novamente que Fernando

425

426

427 428

429

430 431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443 444

445

446

447

448

449 450

451

452 453

454

455

456

457

458 459

460

461

462

463

464

465

466

467

468 469

470

471

472 473

474 475

476

se colocou à disposição, inclusive que isso está em Ata. Presidente entende que embora o Conselheiro não tenha sido convidado para auxiliar na contraproposta, a contraproposta existe e deve ser apresentada. Conselheira Izabel diz que se incomoda profundamente essa situação, um conselheiro se propõe a participar e não foi garantido a ele isso. Diz que não vai discutir a circunstância de que não foi convidado, mas que precisamos avançar, pois Campinas merece avançar. Que é preciso algumas discussões sem medo e sem atrasar processos que são fundamentais. Hoje já é 28 de junho e ainda estamos discutindo relatório de gestão, plano, orçamento. A informação não chega para nos dar condição de fazer essa discussão e a gente tem muito respeito com quem não consegue ir para as reuniões de comissão. Diz ainda que as coisas não podem acontecer da forma como estão acontecendo. Principalmente pela representação da Secretaria da Assistência Social. É mandar com antecedência agora o relato e a gente aprova as coisas. A gente não pode mais ficar o tempo inteiro dizendo que o outro tá esquecendo de fazer, desculpa. Estou chateada com isso. Não seria respeitoso com esse Conselho, apresentarem a proposta agora. Envia com antecedência, ouça o Fernando que desejou participar desse processo. Porque a gente vai ouvir e já tá na dúvida do próprio processo. Falando por mim pessoal eu não vou entrar mais em algumas discussões. Está comprometendo a representação da Secretaria aqui neste Conselho. Conselheiro Silvano entende que não está sendo comprometido, pois a última reunião Ordinária foi no dia 31 de maio, sendo que a proposta de Resolução veio dia 27, na sexta feira. Diz que nós havia conversado enquanto Comissão que iria ser instituído um GT. Os Considerando na Proposta geraram dúvidas e entende engraçado quando a dúvida é sua, tudo bem, mas quando a dúvida é nossa não está tudo bem? Conselheira Izabel diz que não trouxe considerandos, eles estavam no documento apresentado para uma Comissão; que não podemos pedir vista da vista e sim ter um consenso aqui é que nós não temos condições e temos que garantir que quem desejou participar participasse e não seria agradável para a Gestão Pública que dois Conselheiros só do Poder Público é que viram esse documento. Conselheiro Silvano diz que foram os dois que pediram vistas, esse é o processo. Conselheira Izabel diz: Mas uma pessoa que também é advogado pediu vista. Conselheiro Silvano diz: Está bom, mas a minuta foi disponibilizada. Presidente diz: A minuta foi pedida pelo poder público. A gente tem isso gravado. Ele falou que estava a disposição a estar participando, mas a vista foi pedida pelo Thalles eu acho. Conselheiro Silvano diz: Eu faço minha mea culpa em não ter falado com o Fernando. Só que assim o pedido de vistas foi feito pelo... Presidente consulta: Agora objetivamente nós vamos apresentar, ou nós vamos dar um prazo para eles recologuem e sentem os Conselheiros com um olhar diferente do que não pode participar. ou não, enfim foi envolvido, ou nós apresentamos hoje e votamos uma ou outra. Qual sua proposta Silvano? Conselheiro Silvano diz: Minha proposta é o envio para conhecimento, mas se precisar a proposta está aqui eu posso apresentar. Presidente consulta, está tudo bem? Podemos fazer isso. Dá o tempo de envio todos tomam conhecimento e colocamos no próximo mês? é muito Izabel para o cuidado que tem que ter? Conselheira Izabel diz que todas as questões deveriam ser questionadas dentro deste conselho (inaudível) Não temos condições de votar relatório de gestão, de propor planos. Não conhecemos como é o funcionamento do FMAS de Campinas. Presidente, Mas na nota pública ela já tem colocado, o GT do FMAS, não invalida a nota pública que mergulha no cerne da questão. Este GT é o menos preocupante do que vai vir; pode ser que dê outro embasamento de funcionamento do GT. Conselheira Izabel diz temos o Fundo há 27 anos e estamos pra conhecer. Nós estamos falando de um fundo que tem normativas. Essa conversa não era nem pra estar tendo, é essa a questão. Presidente diz aí peço, no sentido também de não desviar o assunto. É tão importante o que vocês dois já construíram e aí tem essas "vistas", nós estamos no momento que eu acho muito fértil, porque está recolocando algumas coisas que são instrumentos, juridicamente instituídos, seja de gestão, a forma que vamos tratar a participação nossa, a forma que vamos compor as tratativas... o poder público porque é controle social, senta junto, constrói junto para aquele propósito único – o FMAS e o SUAS

478 479

480 481

482

483 484

485

486

487 488

489 490

491 492

493

494

495

496 497

498

499 500

501

502503

504

505

506507

508509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521522

523

524

525

526

527528

529

que são a mesma coisa. Conselheira Izabel diz: Tem uma questão Ismênia, que a gente precisa ter muito claro. Que o tempo é do Sistema Único da Assistência Social. O tempo é de 110 mil famílias em situação de vulnerabilidade. Presidente diz: Izabel... (inaudível). Com tanto tempo que a gente tem perdido de não dar objetividade, foco e posicionamento, a gente está correndo atrás ...(inaudível)... Conselheira Izabel diz: Ismênia de 31 de maio que pediu vista até 28 junho é quase 1 mês. Presidente diz: Isso não invalida, não é menos importante, mas a mais importante a reunião do SUAS, com certeza no aprofundamento. Conselheiro Silvano diz: Porque assim Izabel, por exemplo, você fala de demora, existia um anseio do conselho com relação ao acesso de documentos. Existe uma lei municipal que garante acesso; há cerca de 2 meses atrás nós nos reunimos enquanto comissão, eu apresentei uma proposta para resolver esse problema, você assumiu a responsabilidade em apresentar uma devolutiva, você apresentou? Não apresentou! E nem por isso a gente tá criando caso. Conselheira Izabel diz: Eu apresentei e te encaminhei, fiz reunião com você antes viu, Silvano. Eu sou extremamente cuidadosa com as coisas, desculpa Silvano. Eu fazia relatoria da comissão e saí, por causa da demora das coisas acontecerem. Desculpa Silvano é só pegar o relato de todas as comissões, conduza Ismênia você é a Presidente. Presidente diz - Eu vou pedir então que seja novamente dada a oportunidade de sentarem o Thalles, o Silvano e o Fernando, e mais alguém que se porventura quiser; gosto muito dessa ideia do monitoramento da deliberação com Poder Público, Sociedade Civil e Usuários e depois vir para apreciação nem se for para fazer uma reunião, uma extraordinária pra apreciar isso. Não é menos importante. As comissões estão se organizando e fechando num mesmo propósito - Fundo, Plano, Relatório e SUAS; não dá nem pra dizer que essa Resolução é mais importante que a outra, elas se complementam. Conselheira Izabel diz: Eu já entreguei mais de um mês a proposta de Resolução para o SEI. Eu sou extremamente comprometida, mando por e-mail, faço chamada para a reunião. Então assim, eu não admito que fale coisas que eu (inaudível) não faço parte dessas questões e dessas falas, com todo respeito em todas as reuniões eu apresentava nas Comissões, sempre trouxe é só pegar o relato das Comissões de Finanças que parte foi feito pela Josefa, quando a Josefa não pode eu assumi, fiz, deixei todas as pendências levantadas, quando eu mandei isso, eu mandei a Resolução do SEI eu fiz com cópia para todos os Conselheiros, que fazem parte dessa Comissão, para a Presidente e para Secretaria Executiva deste Conselho. Eu tenho todo cuidado e sei da responsabilidade que eu tenho enquanto Conselheira representante de um Sistema Único da Assistência Social. Presidente consulta Thalles se tudo bem ser encaminhado dessa maneira. Conselheiro Silvano diz que Thalles está com problema no áudio e está escrevendo. Conselheiro Silvano diz ainda temos um regimento que nos socorre nesse sentido; então proponho que seja estendida às vistas de forma regimental. Ai nesse período enviamos, inclusive hoje a proposta e apreciamos na próxima Ordinária. Nos termos regimentais precisa deliberar se aprova ou não a prorrogação das vistas. Presidente diz sentir-se contemplada com essa possibilidade de adiar a devolutiva dessas vistas, de ampliar os participantes dessa elaboração. Conselheira Izabel consulta se é possível pelo Regimento essa solicitação de "vista da vista". Presidente esclarece que seria prorrogação do prazo das "vistas". Conselheiro Silvano também diz que isso está contemplado no Regimento Interno do Conselho, no artigo 18, parágrafo 1º. A Conselheira Izabel faz a leitura do artigo e parágrafo mencionados. Conselheiro Silvano diz que essa é a proposta, que seja feita a prorrogação. Após os esclarecimentos e fala da Conselheira Izabel que entende ser um assunto extremamente importante, com muitas dúvidas. Diz: não me sinto em condições de votar e quero ser a última a votar hoje, nesta questão. Tem que jogar para a plenária, porque está aqui... Eu não gostaria de ser chamada a primeira. Eu quero ser a última e vou justificar meu voto. Eu não influencio as outras pessoas, por isso eu prefiro ser a última. VOTAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PEDIDO DE VISTAS A RESPEITO DA RESOLUÇÃO SOBRE FMAS - colocado em votação é APROVADA a prorrogação do prazo do pedido de vistas a respeito da Resolução sobre FMAS, aprovado com 11 votos

531

532

533534

535

536537

538

539

540541

542

543

544

545

546

547

548

549550

551

552553

554

555556

557558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574575

576

577

578579

580 581

582

"sim", 01 "abstenção" e não foi possível captar o voto do Conselheiro Cristiano (problema de conexão internet). Justificaram seus votos: Conselheira Josefa que disse que compartilhava das falas da Izabel e informou que estava com o Regimento em mãos e como a proposta estava dentro do que estava previsto em Regimento ela votava "Sim"; Conselheira Izabel que justificou seu voto, dizendo, "Eu me abstenho a essa votação, eu sei que ela é regimentar, eu sei que é direito dos conselheiros pedir, mas eu também sei que quem quer construir junto precisa respeitar os prazos. Os prazos precisam ser iguais para todo mundo e o Sistema Único da Assistência Social de Campinas ele não vai dar conta. A gestão plena desse município não vai dar conta, quanto isso, seus representantes do poder público, principalmente os da Secretaria da Assistência Social não entender que a representação neste conselho ela tem que ser uma representação efetiva e nós estamos falando de um lugar que tem lei que tem decreto municipal e que deveria estar funcionando da forma como está na resolução apresentada pelo CMAS, isso não era para ser dúvida de Conselheiro que representa o Poder público. Porque a resolução, o decreto do Fundo Municipal da Política da Assistência Social para todos os Conselheiros é de 1995 a LOAS é de 1993. Isto tem 27 anos essa normativa e não era para ter dúvida que viesse da representação da gestão do conteúdo que está nesta resolução. Por isso que eu me abstenho eu não posso ser contra o Regimento, mas eu sou contra a postura que o representante da Secretaria vem tendo em relação ao decreto do Fundo Municipal da Assistência Social em todas as normativas que têm o Sistema Único da Assistência Social de proteção a tudo que nós fazemos a nível de gestão quanto a nível de controle social. Então a dúvida de quem representa a gestão é que me leva a essa questão e eu não gostaria de influenciar o voto do Conselho, porque isso é uma construção pessoal de 27 anos. Isso tá garantido na Constituição na LOAS na NOB RH de 2004, essas normativas todas elas são documentadas, não era pra gente ter dúvida. É essa a questão que eu trago e isso me incomoda, porque nós estamos em 28 de junho e nós ainda não conseguimos votar o balanco, nós não recebemos ainda o demonstrativo financeiro do recurso municipal alocado no fundo municipal da Assistência social, nós estamos com o ano inteiro praticamente parado e a gente ter dúvida de normativas. É só isso. Eu não sou uma advogada. Eu sou uma técnica. Eu sou Assistente Social. Ter uma dúvida de 27 anos. Essa é minha questão. Eu respeito muito. E todo mundo sabe das discussões dentro das Comissões, mas essa dúvida de gestão da Política da Assistência Social, de 27 anos, por isso que eu estou me abstenho." Conselheiro Silvano diz: Izabel, na verdade você não respeita, porque se você tivesse respeitando, você não vinha com essa fala. Porque essa fala vem diretamente para mim. Porque eu sou suplente da Gestão. A dúvida vem no sentido de contribuir com o Colegiado, porque por exemplo, hoje coincidentemente completa 7 meses que o Conselho aprovou a resolução dos Benefícios Eventuais. A resolução vem de uma forma, que não tem como simplesmente, usar o que está lá e transformar em uma legislação. E ai, eu simplesmente tive o cuidado de solicitar vista desta resolução com o objetivo de aperfeiçoar, contribuindo com os trabalhos do conselho. E aí você traz de uma forma, querendo demonizar o nosso trabalho, só que na verdade assim, a vontade que dá é de deixar passar como está e chegar lá na frente e os trabalhos do Conselho não conseguem ser efetivados. E aí é muito fácil chegar agui no colegiado e dizer.. A não aprovou os benefícios eventuais. Como aprova os benefícios eventuais sendo que a resolução não ficou clara. Então assim, eu uso minha força de trabalho, meus conhecimentos para contribuir e você trata dessa forma então desculpa, você não respeita. Você só respeita quando vai de encontro com o seu anseio. Presidente diz: Eu gostaria só de colocar assim, um pouco que eu vi dessa questão de fato há um esforço muito grande de tentar colocar, isso independente, primeiro que nós somos representante do Poder público sim, e assim como vocês a gente também tenta fazer o possível para ser respeitado naguilo que a gente coloca. E o Silvano, ele tem tentado, tentado mesmo, na questão de tentar ser técnico ele já entendeu o que está acontecendo do ponto de vista jurídico, então o aprimoramento dessa vista eu consigo do lugar que eu estou, saber o que ele quis propor

584

585

586

587

588

589 590

591

592

593 594

595 596

597

598 599

600

601

602

603

604

605

606

607

608 609

610 611

612613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627 628

629

630

631

632

633

634

635

junto com o Tales. Não é pra defender X ou Y, o que tá em jogo é a gente reestruturar o Conselho. A gente já entendeu as brigas e isso não diminui a nossa voz. A gente só gostaria que fosse mais assertivo. Então eu acho assim. A gente precisa olhar para o que o outro fez e a gente não tem tido, mesmo que virtual, a gente não tem se encontrado. A gente fala por mandar e-mail, eu vejo por mim, eu sou presidente eu sou última ser consultada, todo mundo é consultado menos eu. Eu fico sabendo depois, Ah, porque a fulana falou já com o outro, então resolve com o outro. Então nesse sentido eu acho que a gente vai construir e isso não é ruim. E acho que o Silvano tem coisa que nem pegou ainda. Então Silvano também digo uma coisa para você, posso estar enganada na leitura, mas tem coisa que não é direto para você. É que são tantas coisas do ponto de vista. Tanto é que a nota pública é financeiro, a questão dessa também é, demonstrativo. só os sinais para todos os conselheiros presentes, que a gente precisa sair desse lugar e ter a transparência efetiva pra gente reconduzir o trabalho. Então eu acho que as vozes né. Às vezes a gente até fica bastante. Eu hoje vejo meu colega até tentando cumprir, talvez ele não se tocou ainda qual é o buraco, mas eu já vi e acho que a gente pode continuar e tenho a pauta do Bolsa Família eu não gostaria de... Se você pudesse abrir mão da sua fala.. Eu gostaria de continuar a ação, pode ser? Você quer falar Silvano? Conselheiro Silvano diz: Não, já terminei. Presidente diz que o importante é avançar, mesmo que existam vozes contrárias, garantir a liberdade da fala, mas o que importa é que há lei, regimento, normas - está tudo normatizado e trabalhamos em cima disso para o SUAS avançar. (item "f e g") COMISSÃO BOLSA FAMÍLIA E BPC - Presidente explica que a Jessica teve de se ausentar. Sobre a convocação de no mesmo dia ter Bolsa Família + BPC + Comissão de Formação explica que são Comissões distintas que se reúnem no mesmo dia...e são as mesmas pessoas participantes. Relata que a reunião foi no dia 22 de junho a Coordenadora havia deixado duas pautas: sobre veículo adaptado para acompanhamento móvel do Bolsa Família e a sobre a atualização cadastral. Sobre a aquisição de veículo informa que estava atrasado devido o governo federal ter feito mudanças na plataforma e por isso alguns processos estão tendo que ser refeitos. Também que houve dificuldade na contratação de empresa que pudesse atender esse tipo de demanda especifica – é um veículo adaptado para essa finalidade e o recurso financeiro é para compra e não aluguel, mas o processo está em andamento para a compra e a Regina se colocou à disposição para esclarecimentos a qualquer momento. Sobre atualização dos cadastros – a demanda dentro desse assunto é qual a estratégia que se tem para trazer as famílias para o cadastramento e para atualização do cadastro. traz a informação de que até 30 de junho o governo do Estado ia passar recurso para a secretaria ampliar a contratação de entrevistadores e que até dia 30 de setembro é o prazo para aumentar a taxa de atualização cadastral. Apresenta também informação de que em todos os municípios, por causa da Pandemia, não houve a atualização cadastral, que é necessária para que o usuário não venha a perder qualquer benefício por inconsistência nos cruzamentos dos dados ou pelo fato da família não proceder a atualização. O encaminhamento foi pedir que sejam atualizadas informações sobre a aquisição do veículo e para a Secretaria oficiar que tão logo tenham o plano e o calendário dessa atualização que informem o Conselho. (item "h") COMISSÃO DE ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS A Presidente informou que a Fátima Coordenadora da Comissão está afastada e a Comissão não tem relator, mas estão participando e auxiliando a Fátima a Kelly Kirner e Luiz Mendes. A pauta foi a devolutiva das deliberações do CMAS, estabelecer estratégias de participação dos inscritos no Google Drive e mobilizar os 5 territórios, pois as demandas são dos territórios. Ficou deliberado que teria uma reunião para apreciar o conteúdo, ficou de fazer uma Resolução, mas ainda não houve tempo, e essa resolução vai dizer o porque? e como? claramente apresentada pelo colegiado que vinha se reunindo. Diz ainda que vai tentar mobilizar as intersetoriais, as OSC para participarem mais e oficiar a Assistência para se ter representantes das Regiões em níveis de proteções; são itens que devem sair na resolução. Na próxima reunião de julho inicia a construção do Plano operacional com data

637

638

639 640

641

642 643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661 662

663

664

665 666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680 681

682

683

684

685

686 687

688

e atividades com prazos de execução. Ressalta da importância dos Conselheiros participarem dessas atividades. (item "3") GT SEGURANÇA ALIMENTAR - A Presidente pergunta se tem alguém responsável pelo GT para o Relato. O Conselheiro Silvano aproveita o tema e lembra que na pauta de hoje há o item 10 sobre indicação de representante deste CMAS para o GT para discussão de políticas públicas para segurança alimentar da população em situação de rua. Mediante consulta do Conselheiro Silvano, a Conselheira Izabel explica que essa indicação não é a mesma tratada no GT de Segurança Alimentar que indicou dois Conselheiros dos Usuários para participarem de Reuniões do Conselho de Segurança Alimentar, é uma outra indicação. A Presidente aproveita a fala do Conselheiro Silvano e ressalta que o CMAS deve indicar representantes para o GT mencionado pelo Silvano e também indicação de representantes do CMAS para compor o Comitê Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e também o convite para Comissão de Ética nas Pesquisas da Unicamp. Presidente diz que espera manifestação dos Conselheiros para participação nesses espaços ou se reportará aos solicitantes mencionando que o CMAS não tem Conselheiros disponíveis para serem indicados. Dado um tempo na reunião para avaliação dessa questão e em não havendo qualquer manifestação, a Presidente comunicará então a não participação do CMAS nos respectivos coletivos. (item "11") PARECER DO CNAS SOBRE NOTA DE REPUDIO DOS CONSLEHEIROS DA SOCEDADE CIVIL - A Presidente relembra que houve a manifestação dos Conselheiros da Sociedade Civil em 31 de março com Nota de Repudio já mencionada anteriormente neste Conselho e também divulgada para a Rede SUAS, sobre que a Secretária Municipal de Assistência fez uma Live no dia 30 de março informando que tinha um assunto importante, mas na verdade se manifestou na live com uma brincadeira sobre o seu time que estaria participando no campeonato paulista de futebol. Essa Nota também foi encaminhada para o CNAS que se reporta a este CMAS em 18 de maio informando que o Conselho Nacional tomou ciência da Nota de Repúdio com aquele teor e diz o CNAS que considerando que não é de competência a matéria, entende que a Secretaria Municipal de Campinas deve ser informada sobre a Nota Pública para avaliar qual o desvio de conduta que teve. O CNAS menciona que a referida Nota foi lida durante a 36ª Reunião Ordinária daquele Colegiado em 11 e 12 de maio. A Presidente ressalta que foi dada a publicização da Nota de repúdio no Conselho Nacional de Assistência Social. C) INFORMES GERAIS (item "1") INFORMAÇÃO SOBRE O DIA DO ASSISTENTE SOCIAL – Presidente informa que o Conselho recebeu comunicado que foi instituído no calendário oficial do município de Campinas o dia 15 de maio como o Dia do Assistente Social, através da Lei Municipal 16228/2022. ENCERRAMENTO - Às 12 horas e 47 minutos a Presidente encerra a Reunião, agradecendo a presença e participação de todos, convidando Conselheiros e não conselheiros a estarem juntos nos espaços do CMAS para essa construção e fortalecimento do SUAS. Eu Geziel Antonio dos Santos. Secretário Executivo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, segue assinada. Campinas 28 de junho de 2022.-----

690

691

692

693

694

695 696

697

698

699

700

701

702

703

704 705

706

707

708

709

710

711

712

713

714 715

716

717 718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728